

DECRETO Nº 7.069

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado com o art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer nº 78/2012, do Conselho Estadual de Educação do Paraná e o contido no protocolado nº 11.782.481-0, com base no protocolado nº 11.577.024-1,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o reconhecimento, pelo prazo de 3 (três) anos, do curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura, na modalidade a distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, do município de Guarapuava, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 21 de janeiro de 2013, 192º da Independência e 125º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

LUIZ EDUARDO SEBASTIANI
Chefe da Casa Civil

ALÍPIO LEAL
Secretário de Estado da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior

6157/2013

DECRETO Nº 7.070

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e sob proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência,

Resolve tornar sem efeito, de acordo com o art. 41, § 3º, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, o Decreto nº 6.012, de 24 de setembro de 2012, na parte que nomeou CLEBER DANIEL DE GOES MACIEL, RG nº 21.946.137-5/SP, PAULO CARTERI CORADI, RG nº 1079689715/RS, HERNANE DA SILVA BARUD, RG nº 10816950-9/RJ, JULIANO ALVES BONANCIN, RG nº 6.163.476-2 e CAROLINA LUPIFIERIO ANTONIO, RG nº 43.722.716-9/SP, para exercerem o cargo de Professor de Ensino Superior, da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, por não terem tomado posse no prazo legal.

Curitiba, em 21 de janeiro de 2013, 192º da Independência e 125º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

LUIZ EDUARDO SEBASTIANI
Chefe da Casa Civil

JORGE SEBASTIÃO DE BEM
Secretário de Estado da Administração
e da Previdência

ALÍPIO LEAL
Secretário de Estado da Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior

6159/2013

DECRETO Nº 7.071

Autoriza o uso da chancela mecânica nos documentos referentes ao Programa Saneamento para Todos, previstos no PAC Grupo III – Programa de Aceleração do Crescimento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V e XVIII, da Constituição Estadual, considerando o elevado número de assinaturas que devem ser apostas pela Chefia do Executivo Estadual nos documentos apresentados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, referentes ao Programa Saneamento para Todos - previstos no PAC Grupo III – Programa de Aceleração do Crescimento,

considerando que a assinatura desses documentos absorverá a maior parte do expediente dado pela Chefia do Executivo Estadual, com flagrante prejuízo às atividades desenvolvidas por essa autoridade,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o uso de chancela exata, por máquina para esse fim, da assinatura Executiva Estadual, com o mesmo valor do original no § 1º deste artigo, observadas as normas de segurança neste Decreto:

§ 1º Os Contratos de Financiamento a longo prazo para o Saneamento do Paraná – SANEPAR e a intervenção dos Municípios partícipes e do Estado em obras de ampliação de sistemas de abastecimento de esgoto sanitário, são os seguintes: CT nº 377.001-76, CT nº 377.030-26, CT nº 377.017-56, CT nº 377.008-44,

CT nº 377.032-44, CT nº 377.012-4, CT nº 377.998-03, CT nº 377.029-99, CT nº 377.021-15, CT nº 377.022-29, CT nº 377.026-67, CT nº 377.011-91, CT nº 377.990-20, CT nº 377.035-78, CT nº 377.014-22, CT nº 377.991-34, CT nº 377.979-78, CT nº 377.028-85, CT nº 377.031-30 e CT nº 377.024-47.

§ 2º A chancela mecânica deverá conter gravação (clichê) reproduzindo, mediante processo de compressão, a assinatura/autógrafo de próprio punho do Governador do Estado, acima do nome por extenso e do respectivo cargo ocupado, resguardada por características técnicas obtidas por máquina especialmente destinada a esse fim.

§ 3º Compete à Chefia da Casa Civil a adoção de medidas de controle que confirmem segurança ao registro e manuseio da gravação contendo a assinatura/autógrafo, estando expressamente vedado o uso da gravação (clichê) para fins diversos dos previstos neste Decreto, podendo a sua Diretoria Geral designar servidores para a operacionalização da máquina, da gravação (clichê) e do processo de chancela mecânica.

Art. 2º A máquina utilizada no processo de chancela mecânica deve possuir, pelo menos, os seguintes requisitos técnicos:

- a) disparador elétrico da impressão da chancela;
- b) dispositivo de segurança, acionado por meio de chave;
- c) contador numérico das chancelas efetuadas.

Parágrafo único. A gravação (clichê) contendo a assinatura/autógrafo da Chefia do Executivo Estadual, bem como as chaves que acionam a máquina de chancelar ficarão sob a guarda da Diretoria Geral da Casa Civil.

Art. 3º O Chefe da Casa Civil poderá expedir instruções complementares para a correta utilização da chancela mecânica, bem como para a guarda das chaves, da máquina e da gravação (clichê) da assinatura/autógrafo do Governador do Estado.

Parágrafo único. A Casa Civil, para atendimento do disposto no artigo 1º deste Decreto, poderá fazer uso, ainda que por empréstimo, da máquina pertencente a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, se atendidos os requisitos técnicos previstos no art. 2º e desde que cumpridas as normas de segurança, guarda e controle de uso previstos neste Decreto.

Art. 4º O uso da chancela mecânica, especialmente da gravação (clichê) contendo a assinatura/autógrafo do Chefe do Poder Executivo Estadual, fora das hipóteses previstas neste Decreto ou sem a autorização do Chefe da Casa Civil, que resulte ou não em prejuízo para a Administração Pública ou para terceiros, acarretará a nulidade do ato com todas as consequências nas esferas civil, penal e administrativa.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos administrativos a partir de 02 de julho de 2012.

Curitiba, em 21 de janeiro de 2013, 192º da Independência e 125º da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

LUIZ EDUARDO SEBASTIANI
Chefe da Casa Civil

6160/2013

DECRETO Nº 7.072

Aprova o Regulamento da Lei nº 17.048, de 04 de janeiro de 2012 com as alterações dadas pela Lei 17.277, de 02 de agosto de 2012, que dispõe sobre o uso público de lagos, lagoas e represas públicas e privadas destinadas exclusivamente à captação de água para abastecimento público para a prática de esportes aquáticos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, o disposto no inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, inciso III, § 1º, do art. 225 e § 1º da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 12.248, de 31 de julho de 1998, Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002,

considerando a Lei Federal 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, constando como um dos seus fundamentos o uso múltiplo das águas;

considerando as disposições da Lei Estadual nº 8.935, de 07 de março de 1989, que estabelece requisitos mínimos para as águas provenientes de bacias

de uso público;

considerando a Lei Estadual nº 12.726, de 26 de novembro de 2000, que cria o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Estadual de Recursos Hídricos

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 43782313

Documento emitido em 20/02/2013 10:00:04.

Diário Oficial Executivo
Nº 8881 | 21/01/2013 | PÁG. 23

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

capaz de provocar poluição, efetiva ou potencialmente.

uso de lagos, lagoas e represas públicas e privadas, destinadas exclusivamente à captação de água para a prática de esportes aquáticos que não utilizem boneto ou qualquer outra forma de combustível